



2019

Annual Report



RELATÓRIO DA PRODUÇÃO PESQUEIRA ARTESANAL DOS ACORDOS DE PESCA DO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO AJURU - PARÁ

RELATÓRIO DA PRODUÇÃO PESQUEIRA ARTESANAL DOS
ACORDOS DE PESCA DO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO AJURU- PARÁ
ANO - 2019

Autor:

Eli Viana dos Reis

Licenciado em Educação do Campo-UFPA

CV-Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9104872056768412>

Revisão:

Darley da Paixão Gomes

Téc. Agropecuário-CREAPA 9962TDPA

Licenciado em Educação do Campo

Especialista em Agroecologia

CV-Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4719144043881017>

LIMOEIRO DO AJURU-PA
Outubro - 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO AJURU - PARÁ

CARLOS ERNESTO NUNES DA SILVA

Prefeito Municipal

Gestão 2017 - 2020

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMMA

Adair José dos Santos Gonzaga

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMAB

Raimundo Sampaio Freitas

CONSELHO MUNICIPAL DE PESCA E AQUICULTURA - COMPESCA

Presidente: Adelino Cavalcante Ferreira

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PESCA E AQUICULTURA - DEMPESCA

Diretor: Josiel Sampaio Soares

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGRICULTURA FAMILIAR - DEMAFA

Diretor: Jorge Pastana Cavalcante

**AUTOR DO LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO E DO
RELATÓRIO**

Professor Licenciado em Educação do Campo: Eli Viana dos Reis

CORPO TÉCNICO SEMAB E SEMMA

Darley da Paixão Gomes - Técnico em Agropecuária – SEMAB

Iam Coelho Valente - Engenheiro de Pesca - SEMAB

Enéias de Oliveira Maciel – Engenheiro Agrônomo – SEMAB

Agrimar Cavalcante Meira Neto – Engenheiro Ambiental SEMMA

SUMÁRIO

Nº	Índice	Pág
1	INTRODUÇÃO	5
2	A PESCA ARTESANAL	5
3	PESCA ARTESANAL - BERÇO DE LUTAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO RIBEIRINHO EM LIMOEIRO DO AJURU, PARÁ	9
4	METODOLOGIA	13
4.1	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	13
4.2	MAPA DA ÁREA DOS ACORDOS	13
4.3	DADOS UTILIZADOS E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE	14
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	14
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	26

1- INTRODUÇÃO

Este Relatório apresenta o levantamento da produção da pesca artesanal no município de Limoeiro do Ajuru, referente ao ano de 2019, são dados secundários levantados junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA, Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento – SEMAB e Departamento Municipal de Pesca – DEMPESCA, que através deste documento passam a ter registro oficial. Levou-se em consideração dados levantados no período de 01 de março a 31 de outubro de 2019, no período de pesca, coletados junto a apenas 7(sete) Acordos de Pesca, de um total de 14(quatorze) existentes no município, que concordaram em contribuir com este importante trabalho.

Estão entre objetivos deste documento;

Registrar nos anais do município de Limoeiro do Ajuru, a produção da pesca artesanal, referente ao ano de 2019; Identificar a produção da pesca artesanal dos Acordos de Pesca; Fornecer dados estatísticos e econômicos da produção da pesca artesanal, para contribuir no planejamento da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento - SEMAB e Departamento Municipal de Pesca; Formular estratégias de ação que orientem o desenvolvimento e Fortalecer a cadeia produtiva da Pesca Artesanal no município, visando oportunizar a geração de emprego e renda.

2 - A PESCA ARTESANAL

É inegável falar da pesca artesanal e não ligá-la à culturas ancestrais, como no caso da relação direta desta com a cultura indígena, da vasta contribuição que estes povos deixaram e dão exemplo do cuidado com o meio ambiente ao longo de séculos. Santos (2004, p. 21) afirma que:

“Os índios foram os primeiros condutores deste legado quando se fala do cuidado com o ambiente e das atividades de sobrevivência como a pesca, em que modificações e introduções de técnicas foram incorporadas pelos negros, escravos e europeus. Mas a dádiva desta cultura milenar foi introduzida pelos índios, bem como a sustentabilidade do ambiente pelos índios” (SANTOS, 2004, p. 21).

Falar das populações indígenas, primeiros povos a praticarem a “Pesca Artesanal”, é abordar os vários “povos tradicionais” que estão presentes nesta imensa região a qual faz parte o município de Limoeiro do Ajuru. No Brasil existem inúmeras populações assim denominadas, principalmente quando se trata dos pescadores artesanais. Se por parte dos empresários da pesca eles não são reconhecidos como “populações tradicionais”, da parte de órgãos nacionais e até mesmo internacionais como a Convenção da Organização Internacional do Trabalho - OIT, garantem esse reconhecimento, como afirma o (CADERNO CPP, 2009):

O Centro Nacional de Apoio ao Desenvolvimento das Populações Tradicionais (CNPT) reconhece os pescadores artesanais como uma “categoria tradicional” e, portanto, “tribal”, como afirma a Convenção 169 da OIT na qual o Brasil é signatário. “Sendo assim, por lei, as comunidades de pescadores artesanais, pela sua tradicionalidade, tem direito à identificação e ao território, material, imaterial e cultural para que preservem o seu modo de saber e fazer” (CADERNO CPP, 2009).

A nível nacional, o cenário da pesca vive sob os reflexos da publicação do “novo relatório da FAO, de 2016”, o Estado Mundial da Pesca e Aquicultura 2016, denominado “SOFIA”, estima que o Brasil deve registrar um crescimento de 104% na produção da pesca e aquicultura em 2025. Segundo o estudo, o aumento na produção brasileira será o maior registrado na região, seguido de México (54,2%) e Argentina (53,9%) durante a próxima década. O crescimento no país se deve aos investimentos feitos no setor nos últimos anos (FAO, 2019).

Falando especificamente do Pará, do lado anverso dos pescadores artesanais, o segmento industrial da pesca (empresariado) representado pelo Sindicato das Indústrias e das Empresas Armadoras e Produtivas, Proprietárias de Embarcações do Pará - “SINPESCA”, seu presidente Apoliano Nascimento, que em entrevista concedido à Revista Pará Industrial de Outubro de 2018, declarou, que *“uma das propostas do SINPESCA é a unificação das categorias de pesca, sem distinção entre pescadores industriais e pescadores artesanais que praticam a atividade para além da própria existência (REVISTA PARÁ INDUSTRIAL, 2018)”*

Apoliano afirma na mesma entrevista, que a crise que o setor industrial enfrenta durante anos, é ocasionada pela escassez da mão-de-obra, onde ele relata que: “Ao longo de anos houve uma escassez da mão-de-obra na pesca industrial em razão do benefício seguro defeso, que é um direito concedido somente ao pescador artesanal. Por isso, propomos que

as modalidades de pescadores deveriam ser unificadas. Dos 500 mil pescadores que são registrados no Ministério da Pesca, 95% se dizem artesanais, mas nós discordamos desta proporção.”

Por outro lado, os pescadores artesanais vivem situações desfavoráveis e de incertezas para o futuro, é o que nos diz o (RELATÓRIO CPP, 2016):

Em 2016, devido às fortes incidências de conflitos de violência de direitos humanos empreendidos nos territórios tradicionais pesqueiros, o CPP decidiu realizar levantamento de dados no âmbito de seu trabalho nos estados brasileiros do Ceará, Maranhão, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Pará, Amazonas e Santa Catarina, e de forma específica na região da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – que abrange os estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Os conflitos apresentados possuem uma temporalidade que margeia ao menos cinco décadas de imposição do capital sobre comunidades pesqueiras artesanais (RELATÓRIO CPP, 2016).

Diante dessa realidade, aos movimentos de pescadores artesanais no Brasil, urge a necessidade de uma rearticulação geral. Do ponto de vista do aspecto organizacional, esses pescadores estão organizados a nível nacional a partir do Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP/Nacional, que é uma pastoral social ligada a Comissão Episcopal Pastoral para a Ação Social Transformadora, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O CPP é composto por agentes pastorais, leigos, religiosos e padres comprometidos com o Serviço junto aos pescadores e pescadoras artesanais na construção de uma sociedade justa e solidária. Em 1976, com apoio de Dom Helder Câmara, a Pastoral dos Pescadores foi reconhecida nacionalmente pela CNBB, tendo como coordenador e animador o Frei Alfredo Schnuettgen. Assim, a Pastoral dos Pescadores se expandiu para outros estados do Nordeste e outras regiões do país. Em 1988 o CPP tornou-se uma instituição com personalidade jurídica. É uma ferramenta de suma importância para os pescadores artesanais, pois a partir desta Pastoral, suas lutas ganham visibilidade e importância nacional. O CPP tem estrutura própria, e,

O órgão máximo é a Assembléia Geral, que se reúne ordinariamente a cada três anos. Outro espaço de decisão e encaminhamentos é o Conselho Nacional, que se reúne três vezes por ano e é composto pela diretoria, secretaria executiva e pelos representantes dos regionais do CPP: Norte (Pará/Amapá), Ceará, Bahia /Sergipe, Nordeste (Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas) e Sul (Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul). O atual presidente nacional do CPP é D. José Haring, bispo

diocesano de Limoeiro do Norte (CE) e presidente da Regional (NE 1)(CPP, 2019).

Em nível estadual, o CPP está organizado através do Regional Norte e desenvolve um importante trabalho em diversas regiões do Pará, entre elas a região Tocantina, destaca-se aqui o trabalho desenvolvido no município de Limoeiro do Ajuru, na área de abrangência dos Acordos de Pesca.

Em Limoeiro do Ajuru/Pará, este trabalho do CPP Regional Norte, primou durante anos pela contribuição de um incansável lutador em prol dos pescadores artesanais, neste município tão explorado pelos “marreteiros” que na verdade durante o período da pesca se transformam numa espécie de “atravessadores de plantão”, fala-se aqui não de um simples ativista, mais de um sonhador, um construtor de instrumentos que representem e defendem os que dependem diretamente da pesca artesanal, “os pescadores artesanais”, Carlos Shafachek Neto, simplesmente “Carlos Neto”, como era conhecido nos movimentos sociais do campo ribeirinho, faleceu no dia 29 de janeiro de 2019, com certeza este militante da pesca artesanal jamais será esquecido, deixou um legado de conquistas na área ribeirinha, como exemplo a contribuição valiosa na assessoria, organização e discussão da Minuta do Projeto de Lei do Conselho Municipal de Pesca e Aquicultura de Limoeiro do Ajuru - “COMPESCA” e do “Fundo Municipal de Pesca e Aquicultura – FUNDEPA”, o que se tornaram-se mais tarde em instrumentos jurídicos de lutas e de captação de recursos para a categoria dos pescadores artesanais limoireses.



Figura: A - Reunião de Discussão da Minuta do Projeto de Lei do COMPESCA e FUNDEPA, 2018
B - Carlos Neto (In Memoriam) – Aprovação da Minuta do Projeto de Lei do COMPESCA e FUNDEPA
Fonte: Arquivo – ASCOM – PMLA, 2018.

3– PESCA ARTESANAL - BERÇO DE LUTAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO RIBEIRINHO EM LIMOEIRO DO AJURU, PARÁ.

No período de 1960 a 1964, concepções antagônicas confrontaram-se: de um lado o regime civil-militar e de outro os movimentos sociais, serviram para a formação do Embrião dos "Movimentos Sociais", que nesse período foram proibidos, substituídos por iniciativas centralizadoras, pelo governo federal. Fato este, que fez com que este embrião crescesse e evoluísse gradativamente, até seu nascimento a partir da década de 1980, através dele, veio o surgimento de inúmeras formas populares da sociedade civil se organizar, com o objetivo de banir de vez este período de retrocesso que viveu amargamente a sociedade brasileira como reconhece (PALUDO, 2001, p.9).

Paludo (2001, p. 9) relata que é importante o reconhecimento de que no Brasil, existe uma infinidade de formas associativas populares que emergem diretamente do movimento de resistência ao processo de exclusão em curso e que há, também os chamados Movimentos Sociais Populares. Recentemente, presenciamos o surgimento de novos conceitos sobre os Movimentos Sociais, e, apesar disso, ainda se apresenta um campo muito vasto do ponto de vista organizacional, pois estes movimentos se “reinventam”, “rearticulam-se” e “empoderam-se” a cada nova conjuntura que se apresenta. É vasto também do ponto de vista, de serem objetos de novos estudos e pesquisas, pois “o debate contemporâneo sobre os Movimentos Sociais, revela a existência de lacunas teóricas na definição do que seja Movimento Social, no sentido do estabelecimento de sua diferenciação em relação aos padrões de ação coletiva analisados no século XX e de outras formas de associativismo contemporâneo” (PALUDO, 2001, p. 9).

Ao abordar o tema: "Os Movimentos Sociais Populares" abre-se um universo de discussão e de uma área imensa de estudos, sobre seus conceitos. Convém aqui, analisarmos o termo em si "Movimentos Sociais" principalmente a partir do século XX, o que já se configura de grande complexidade. É um tema debatido e entendido sob diferentes enfoques, tanto mundial, quanto particularmente no Brasil.

Seguindo uma análise de novos conceitos, sobre este que se constituem num espaço coletivo de acúmulo de diferentes vontades, “os movimentos sociais”, principalmente os que vêm travando intermináveis conflitos no campo, no enfrentamento das grandes elites

rurais, estes vem crescendo consideravelmente no início dos anos 80, conforme cita (PALUDO, 2001, p. 9):

[...]existe atualmente a emergência de novos conceitos ou ressignificação de antigos, relacionados ao campo de discussão sobre movimentos sociais: sociedade civil, cidadania, esfera pública, democracia participativa, revelando um deslocamento particularmente a partir de 1980.

No campo de atuação dos movimentos sociais, na esfera municipal faz-se aqui um destaque os com atuação na zona rural de Limoeiro do Ajuru, ou seja, na "área ribeirinha", chamados de "movimentos sociais do campo ribeirinho" como denominou Pinheiro(2009). Estes movimentos têm suas origens no trabalho das Pastorais da Igreja Católica Progressista, conduzida na região do baixo Tocantins pela Prelazia de Cametá, hoje Diocese de Cametá, nas chamadas "Comunidades Cristãs" que popularmente, foram chamadas de "CC's". Tais comunidades contribuíram decisivamente na construção do sindicalismo rural, que se espalhou por toda a região tocantina, principalmente na década de 1970, (PINHEIRO, 2009), descreve fielmente:

[...] Esses movimentos de luta por políticas públicas para as populações ribeirinhas intensificaram-se, sobretudo, quando os recursos naturais ficaram escassos com a exploração inadequada dos produtos naturais, como exemplo, o desmatamento de açais para extração do palmito e, principalmente, após a implantação da hidrelétrica de Tucuruí, um empreendimento construído para o desenvolvimento da região, provocou uma baixa produtividade dos solos de várzea, a queda de produtividade dos açais e cacauzeiros, o desaparecimento ou a diminuição de várias espécies de pescado, a poluição das águas, e o assoreamento do rio (PINHEIRO, 2009).”

Os movimentos sociais do campo ribeirinho, em Limoeiro do Ajuru, surgem a partir da necessidade de organização do povo ribeirinho em especial os "pescadores artesanais", e, coletivamente se constituíram em instrumentos jurídicos (associações e cooperativas), fundamentado numa ação educativa também, pois, "além de (re) educar quem dele participa, o movimento social (re) educa a sociedade porque "põe a nu" as contradições sociais. Em síntese, pode-se dizer que, contexto, coletividade, sentimento de pertença, movimento, identidade de projeto, organização, luta, transformação, são expressões fortes que interconectadas permitem compreender o caráter educativo dos movimentos sociais

(PALUDO, 2001, p. 12). Se tais movimentos formam e educam os que deles participam, constituem-se no dia-a-dia, em instrumentos coletivos, que buscam a conquista de direitos e melhor qualidade de vida de todos, alicerçando a construção de uma sociedade socialmente justa, economicamente viável e ambientalmente correta.

Nota-se na região de Limoeiro do Ajuru a partir de 2017, um crescimento na organização da pesca artesanal, este fato, se deve a iniciativa de determinadas organizações populares, é um processo paulatino, que requer paciência para dirigentes dessas instâncias coletivas, pois a “gestão participativa exige uma participação ativa e construtiva dos pescadores que envolvem discussões e tomada de decisão conjunta sobre assuntos relacionados ao cotidiano da pesca como o uso de artes de pesca, espécies capturadas, uso de áreas de pesca, conflitos, relações familiares e de compadrio, entre outros”. (SILVA, 2014).

Apesar do crescimento da pesca artesanal, no caso de Limoeiro do Ajuru, o que vemos de um lado é o desânimo dos pescadores artesanais em continuar lutando em prol de melhorias sociais e também para sua família. E de outro, dirigentes de entidades associativas, deixando durante dias suas famílias, em direção a outros municípios, em busca de incentivos (acesso a benefícios, projetos, financiamentos e etc.) para seus associados, sem qualquer apoio financeiro do ponto de vista governamental. A luta incessante dessas organizações populares, em quererem organizar categorias ribeirinhas, como é o caso dos pescadores artesanais, tem como objetivo principal a garantia do trabalho no dia a dia para suas familiares e a esperança de que essa atividade, possa lhes garantir renda também.

No que tange a tomada de decisões de grande parte de pescadores artesanais limoeirenses, serem pautadas na prática do associativismo, esse modelo de relacionar-se economicamente dos sujeitos, no caso aqui “os pescadores artesanais”, se entrelaçam com o modo de ser e de viver deles próprios, que vivem e trabalham na atividade de pesca artesanal, que amargam duras crises econômicas, a partir de 2016, e como melhor os definiu a I CONFERÊNCIA DE PESCA ARTESANAL no Brasil, realizada no período de 28 a 30 de setembro de 2009, em Brasília – DF:

“os pescadores e pescadoras artesanais possuem tradicional modo de viver e de lidar com a natureza, tem história e cultura de raízes profundas, que são passadas de geração a geração. A pesca é mais que uma profissão, é um modo de vida onde o trabalho é livre e tem regime autônomo e coletivo, extrai da natureza somente o que ela é capaz de repor. Possui relação de transformação direta da natureza, com espiritualidade e

mística que suscita respeito e cuidado”. (CADERNO DO CPP, p6)

Esse entrelaçamento, se dá também num processo interno e paulatino de participação deste sujeito, principalmente que diz respeito o seu modo de viver em suas comunidades ribeirinhas. Esta prática de participação acontece via organizações populares, principalmente nas comunidades ribeirinhas da Região do Baixo Tocantins. As Associações representativas desses sujeitos, constituem-se em instrumentos de lutas e de defesa de seus direitos, pois, segundo o conceito de SILVA, 2014, nos afirma que:

“A gestão participativa exige uma participação ativa e construtiva dos pescadores que envolvem discussões e tomada de decisão conjunta sobre assuntos relacionados ao cotidiano da pesca como o uso de artes de pesca, espécies capturadas, uso de áreas de pesca, conflitos, relações familiares e de compadrio, entre outros”.

E, corrobora com o de AMODEO, 2007, quando enfatiza princípios da gestão participativa, onde ele diz, que “o conceito de participação, além de ser um processo social e dinâmico, pressupõe o uso de abordagens participativas em que o principal objetivo é transformar os trabalhadores, no caso os pescadores, em protagonistas do seu próprio desenvolvimento”.

Neste sentido, a atual gestão municipal tem dado apoio a luta dos pescadores artesanais limoeirenses, e tentado buscar a participação efetiva deles, com destaque para a realização da “1ª Conferência Municipal de Pesca” e da “1ª Audiência Pública sobre o Seguro defeso” ambos os eventos, realizados em 2017, sob a organização do então Secretário de Pesca Dejacir Nunes (Délio Silva) e a parceria dos Acordos de Pesca. Além da discussão em 2018 do Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, que instituiu o “Conselho Municipal de Pesca e Aquicultura – COMPESCA” e o “Fundo Municipal de Pesca e Aquicultura – FUNDEPA”, o que se concretizou na realização de um antigo sonho dos pescadores limoeirenses, a discussão e aprovação por unanimidade na Câmara Municipal e a consequente sanção do Prefeito Municipal de Limoeiro do Ajuru Carlos Ernesto Nunes da Silva, em 2019, deste Projeto, que tornou-se na realidade a Lei Municipal nº0225/2019 de 03 de Janeiro de 2019, que Instituiu o “Conselho Municipal de Pesca e Aquicultura – COMPESCA” e o “Fundo Municipal de Pesca e Aquicultura – FUNDEPA”, todas essas ações levaram em consideração a participação ativa da sociedade civil

organizada da área ribeirinha, constituíram-se em marcos históricos na luta e conquista para os pescadores artesanais de Limoeiro do Ajuru.



Figura: C - Discussão da Minuta do Projeto de Lei do COMPESCA e FUNDEPA, Ilha Saracá, 2018
 D - 1ª Audiência Pública Sobre o Seguro Defeso (Destaque Dejacir Nunes – Secretário M de Pesca), 2018.
 Fonte: Arquivo – ASCOM – PMLA, 2018.

4 METODOLOGIA

4.1 - CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O município de Limoeiro do Ajuru, está localizado na mesorregião do nordeste paraense, na microrregião de Cametá e zona fisiográfica denominada Tocantins. Possui atualmente uma população de aproximadamente 28.935 habitantes (IBGE, 2019) e densidade demográfica de 16,79 hab/Km² (IBGE 2010). O último censo demográfico (2010) indicou que 75,2% da população do município vivia na zona rural, enquanto que 24,8% vivia na zona urbana. E também de acordo com o censo 2010, o IDH correspondia a 0,541 considerado abaixo do IDH do Estado do Pará. Suas terras ocupam a margem esquerda do Rio Tocantins (praticamente em sua foz na Baía do Marajó), e também na margem direita do Rio Pará. Sua área territorial equivale a 1.490,186 Km² (IBGE 2018). Limoeiro do Ajuru, dista cerca de 197 Km, em linha reta, da Capital do Estado. Suas coordenadas geográficas são: 01° 53'39" de latitude sul e 49° 22'50" de longitude a oeste de Greenwich. Seus limites são: Ao Norte - com os municípios de Curalinho, Muaná e São Sebastião de Boa Vista; Ao Sul - com o município de Cametá; A Leste - com os municípios de Igarapé Miri e Abaetetuba e a Oeste - com o município de Oeiras do Pará. A rodovia Federal BR 422 cruza os limites deste município.

4.2 MAPA DA ÁREA DOS ACORDOS DE PESCA

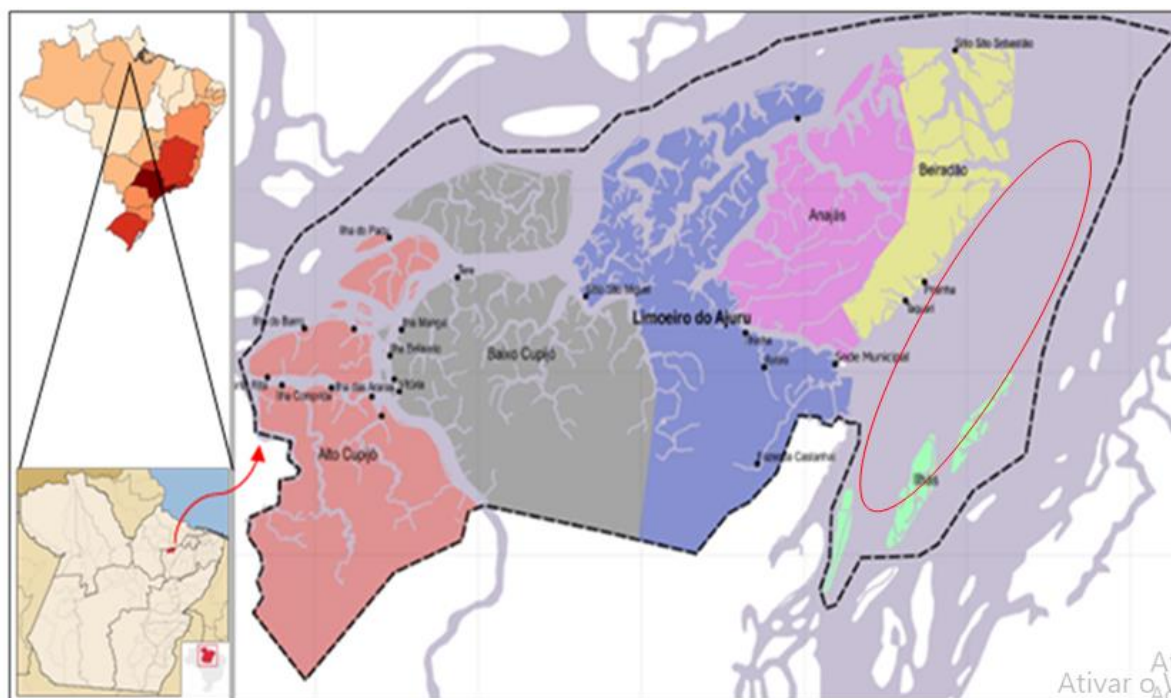


Figura: 1 – A esquerda/Acima Mapa do Brasil. 2 – A Esquerda / abaixo Mapa do Estado do Pará em destaque laranja Limoeiro do Ajuru . 3 – A Direita Mapa Distrital do Município de Limoeiro do Ajuru e em destaque pelo círculo vermelho a Area dos Acordos de Pesca. Adaptado - sem escala.
Fonte: Google, 2019.

4.3- DADOS UTILIZADOS E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

No levantamento de dados foram utilizados métodos de coleta em órgãos públicos municipais, que proporcionaram a obtenção de dados primários pertinentes a produção da pesca artesanal, coletados no período de 01 de março a 31 de outubro de 2019, pelas Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento - SEMAB, Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA e Departamento Municipal de Pesca - DEMPESCA, junto a 7(sete) Acordos de Pesca, sendo eles: Acordo de Pesca de Prainha, Acordo de Pesca de Ilha Saracá, Acordo de Pesca de Ilha Araraim, Acordo de Pesca Reserva do Meio, Acordo de Pesca de Piquiatuba, Acordo de Pesca da Ilha Amorosa e Acordo de Pesca de Tocumanduba, através de formulários próprios desses órgãos. Complementaram a construção deste relatório: (i) Levantamento bibliográfico; (ii) Análise Documental e (iii) Tabulação de dados e Confecção do Relatório Final, com publicação na página oficial da Prefeitura Municipal de Limoeiro do Ajuru, no endereço eletrônico: <https://limoeirodoajuru.pa.gov.br>.

5 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação a produção total dos Acordos de Pesca, optou-se por apresentar de forma crescente a produção de cada um. Seguindo a sequência da menor para a maior produção. Neste sentido apresentamos a produção do Acordo de Pesca de Rio Tucumanduba no (Quadro 1), destaca-se mais, a captura da sarda (*Scomber scombrus*) e da tainha (*Mugil cephalus*), como observa-se a seguir:

Quadro 1: Produção da pesca Artesanal do Acordo de Pesca de Tucumanduba

ESPÉCIE	QTD/KG	DESTINO
MAPARÁ	156	ACORDO PESCA
DOURADA	005	ACORDO PESCA
PESCADA	050	ACORDO PESCA
SARDA	1.040	ACORDO PESCA
TAINHA	1.259	ACORDO DE PESCA
FILHOTE	008	ACORDO DE PESCA
TOTAL	2.518	

Fonte: Acordo de Pesca de Tucumanduba, 2019.

No Quadro 2 abaixo, na produção do Acordo de Pesca de Ilha Amorosa, percebe-se claramente a opção dos pescadores artesanais deste acordo, pela captura exclusiva do mapará (*Hypophthalmus spp.*), conforme demonstra-se abaixo:

Quadro 2 – Produção da pesca Artesanal do Acordo de Pesca de Ilha Amorosa

ESPÉCIE	QTD/KG	DESTINO
MAPARÁ	6.240	ACORDO PESCA
DOURADA	0	ACORDO PESCA
PESCADA	0	ACORDO PESCA
SARDA	0	ACORDO PESCA
TAINHA	0	ACORDO DE PESCA
FILHOTE	0	ACORDO DE PESCA
TOTAL	6.240	

Fonte: Acordo de Pesca de Ilha Amorosa, 2019.

Na produção do Acordo de Pesca de Ilha Araraim, observa-se que estes pescadores capturaram basicamente três espécies de pescados, mas tem em seu maior percentual a captura do mapará, conforme demonstra-se no Quadro 3:

Quadro 3 – Produção da pesca Artesanal do Acordo de Pesca de Ilha Araraim

ESPÉCIE	QTD/KG	DESTINO
MAPARÁ	5.865	ACORDO PESCA
DOURADA	0	ACORDO PESCA
PESCADA	0	ACORDO PESCA
SARDA	150	ACORDO PESCA
TAINHA	800	ACORDO DE PESCA
FILHOTE	0	ACORDO DE PESCA
TOTAL	6.815	

Fonte: Acordo de Pesca de Ilha Araraim, 2019.

Em relação a produção do Acordo de Pesca de Rio Piquiatuba, observa-se que estes pescadores pescam outras espécies, mas tem ainda no mapará sua maior produção, conforme demonstra-se no Quadro 4:

Quadro 4 - Produção da pesca Artesanal do Acordo de Pesca de Rio Piquiatuba

ESPÉCIE	QTD/KG	DESTINO
MAPARÁ	10.556	ACORDO DE PESCA
DOURADA	110	ACORDO DE PESCA
PESCADA	228	ACORDO DE PESCA
SARDA	0	ACORDO DE PESCA
TAINHA	080	ACORDO DE PESCA
FILHOTE	352	ACORDO DE PESCA
TOTAL	11.326	

Fonte: Acordo de Pesca de Rio Piquiatuba, 2019.

Na produção do Acordo de Pesca Reserva do Meio, nota-se duas forças produtivas em evidência, a da espécie do mapará e da sarda, o que deve-se levar em conta para uma nova espécie quem sabe a ser melhor manejada, no caso a “sarda” conforme demonstra-se no Quadro 5 a seguir:

Quadro 5 – Produção da Pesca Artesanal do Acordo de Pesca Reserva do Meio

ESPÉCIE	QTD/KG	DESTINO
MAPARÁ	8.948	ACORDO PESCA
DOURADA	880	ACORDO PESCA
PESCADA	200	ACORDO PESCA
SARDA	4.104	ACORDO PESCA
TAINHA	0	ACORDO DE PESCA
FILHOTE	0	ACORDO DE PESCA
TOTAL	14.132	

Fonte: Acordo de Pesca Reserva do Meio, 2019.

O Acordo de Pesca de Ilha Saracá, aparece nesse levantamento como segundo maior produtor de pescados limoeirense, resultado de um trabalho reconhecido a nível nacional, apesar de enfrentarem desafios como a pesca predatória praticada por pescadores de municípios vizinhos, mas, conseguem alcançar uma produção considerável, conforme o demonstrado no Quadro 6 a seguir:

Quadro 6 – Produção da Pesca Artesanal do Acordo de Pesca de Ilha Saracá

ESPÉCIE	QTD/KG	DESTINO
MAPARÁ	27.350	ACORDO PESCA
DOURADA	0	ACORDO PESCA
PESCADA	200	ACORDO PESCA
SARDA	160	ACORDO PESCA

TAINHA	1.250	ACORDO DE PESCA
FILHOTE	0	ACORDO DE PESCA
TOTAL	28.960	

Fonte: Acordo de Pesca de Ilha Saracá, 2019.

Neste levantamento realizado em 2019, o Acordo de Pesca de Prainha, despontou em primeiro lugar na produção, destaca-se o crescimento dessa organização do campo ribeirinho, que, a partir do exemplo de Acordos de Pesca como, da Ilha Saracá e Ilha Araraim, que foram os pioneiros na preservação ambiental, neste município, pois, acreditaram nesse tipo de organização e tiveram como resultado positivo, a maior produção, onde destaca-se que este acordo capturou apenas a espécie mapará, conforme demonstra-se no Quadro 7 a seguir:

Quadro 7 – Produção da Pesca Artesanal do Acordo da Prainha, 2019

ESPÉCIE	QTD/KG	DESTINO
MAPARÁ	37.000	ACORDO PESCA
DOURADA	0	ACORDO PESCA
PESCADA	0	ACORDO PESCA
SARDA	0	ACORDO PESCA
TAINHA	0	ACORDO DE PESCA
FILHOTE	0	ACORDO DE PESCA
TOTAL	37.000	

Fonte: Acordo de Pesca da Prainha, 2019.

Em uma breve análise da produção total do pescado em Limoeiro do Ajuru, em termos percentuais, por área de produção manejadas pelos 7(sete) Acordos de Pesca, temos a seguinte classificação em ordem crescente: 7º lugar, com 2,35% Acordo de Pesca do Rio Tocumanduba; 6º lugar, com 5,83% Acordo de Pesca de Ilha Amorosa; 5º lugar, com 6,37% Acordo de Pesca de Ilha Araraim; 4º lugar, com 10,59% Acordo de Pesca do Rio

Piquiatuba; 3º lugar, com 13,21% Acordo de Pesca Reserva do Meio; 2º lugar, com 27,07% Acordo de Pesca de ilha Saracá e 1º lugar, com 34,58% Acordo de Pesca da Praínha. O Quadro 8 abaixo, demonstra melhor a distribuição em percentuais a produção total da pesca artesanal, realizada pelos 7 (sete) Acordos de Pesca do município de Limoeiro do Ajuru em 2019.

Quadro 8 – Resumo da produção da pesca artesanal levantada pelos acordos de pesca

RESERVA MANEJADA	KG/ TONELADAS	PERCENTUAL
SITIO PRAINHA (AP/PRAINHA)	37.000	34,58
ILHA SARACÁ (AP/SARACÁ)	28.960	27,07
RESERVA DO MEIO (AP/MEIO)	14.132	13,21
RIO PIQUIATUBA (AP/PIQUIATUBA)	11.326	10,59
ILHA ARARAIM (AP/ILHA ARARAIM)	6.815	6,37
ILHA AMOROSA (AP/AMOROSA)	6.240	5,83
RIO TOCUMANDUBA (*AP/TOCUMANDUBA)	2.518	2,35
*AP – Acordo de Pesca TOTAL	106.991	100%

Fonte:Dados de registro interno de 7 Acordos de Pesca do município de Limoeiro do Ajuru, 2019.

Com o intuito de melhor visualização na formatação dos dados fornecidos pelos Acordos de Pesca, elaboramos gráficos de forma a demonstrar separadamente a produção por espécie pescada e desta maneira, obter informações de qual acordo pescou maior ou menor quantidade de cada espécie.

Gráfico 1 apresenta dados da produção do Mapará em 2019.

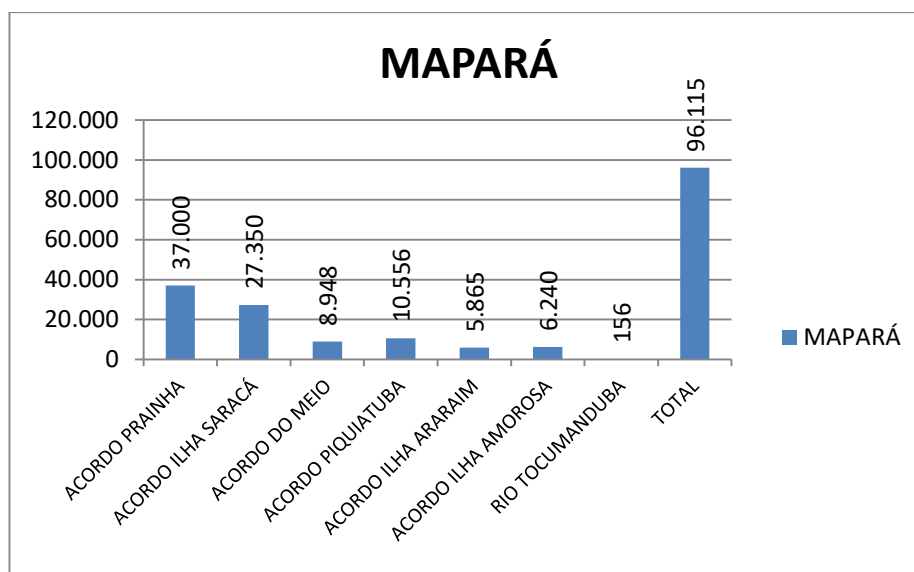


Gráfico 1: Representação por tipo de pescado – MAPARÁ (*Hypophthalmus spp.*), (2019). **Fonte:** autor. A partir de dados fornecidos pelos Acordos de Pesca citados no relatório, (2019).

Gráfico 2 apresenta dados da produção da tainha em 2019.

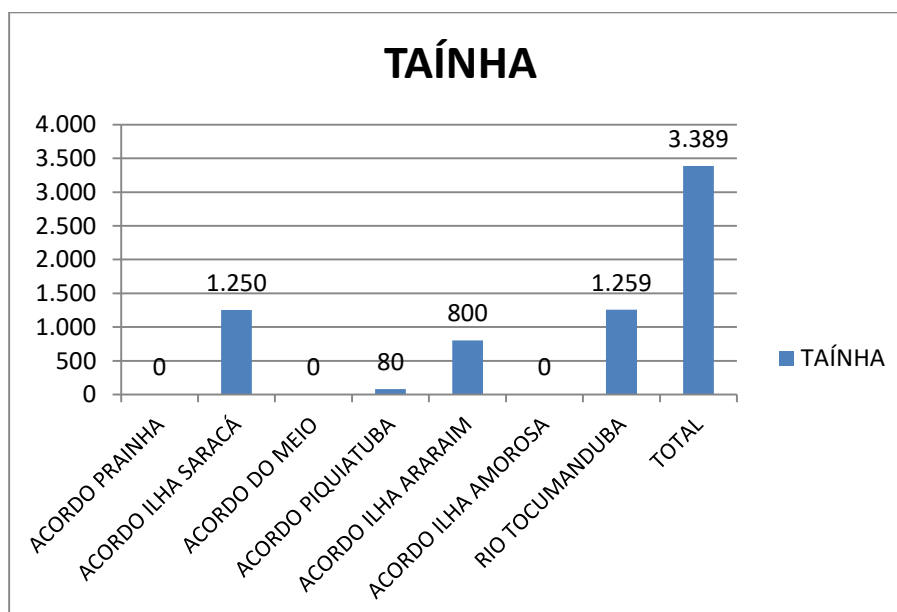


Gráfico 2: Representação por tipo de pescado – TAINHA (*Mugil cephalus*), (2019). **Fonte:** autor. A partir de dados fornecidos pelos Acordos de Pesca citados no relatório, (2019).

Gráfico 3 apresenta dados da produção da Pescada em 2019.

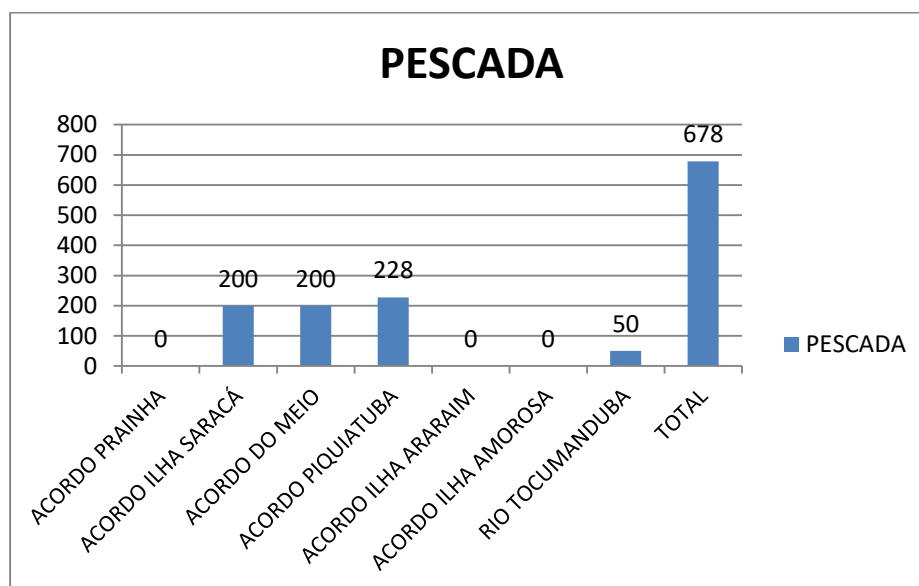


Gráfico 3: Representação por tipo de pescado – PESCADA (*Cynoscion leiarchus*), (2019). **Fonte:** autor. A partir de dados fornecidos pelos Acordos de Pesca citados no relatório, (2019).

Gráfico 4 apresenta dados da produção da Sarda em 2019.

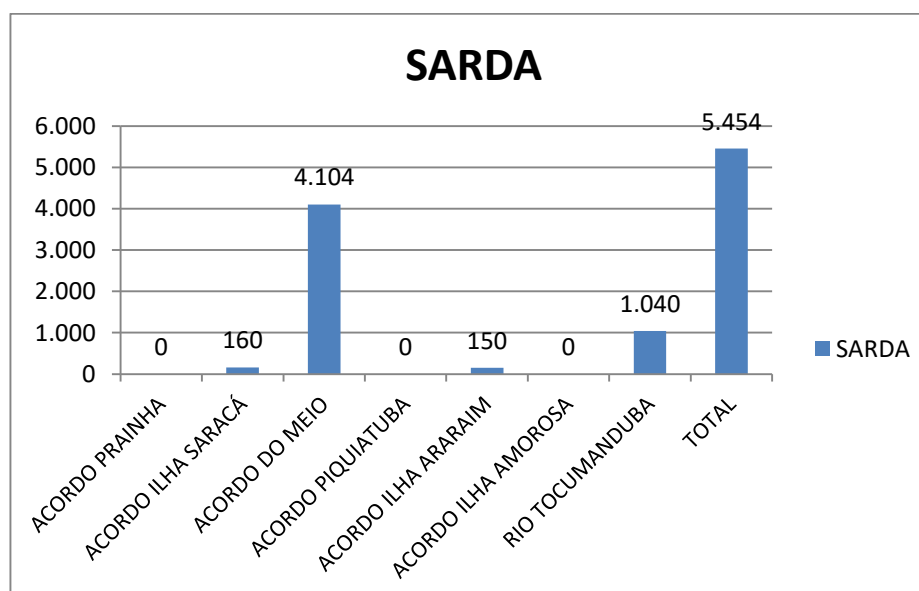


Gráfico 4: Representação por tipo de pescado – SARDA (*Scomber scombrus.*), (2019). **Fonte:** autor. A partir de dados fornecidos pelos Acordos de Pesca citados no relatório, (2019).

Gráfico 5 apresenta dados da produção da Dourada em 2019.

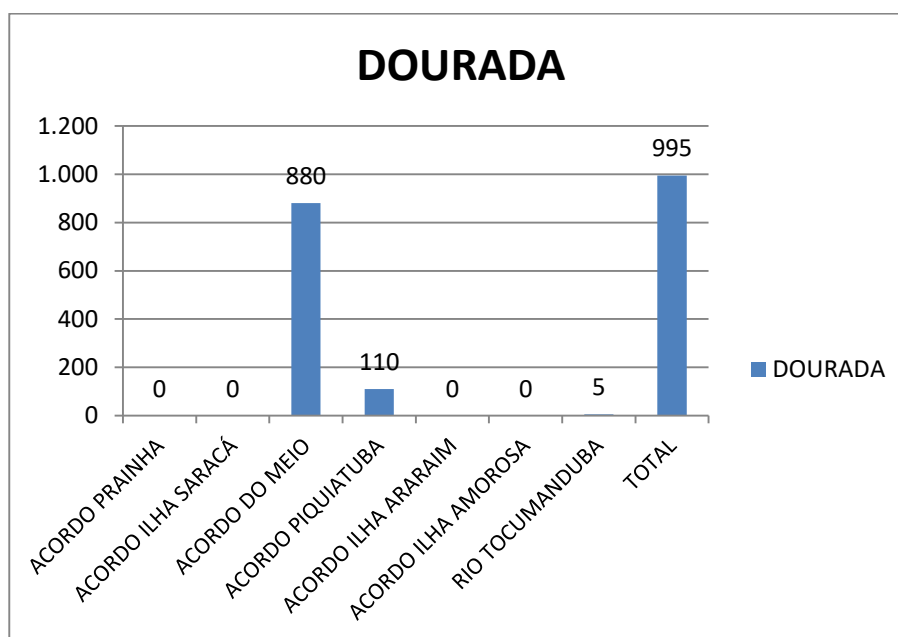


Gráfico 5: Representação por tipo de pescado – DOURADA (*Brachyplatystoma flavicans*), (2019). **Fonte:** autor. A partir de dados fornecidos pelos Acordos de Pesca citados no relatório, (2019).

Gráfico 6 apresenta dados da produção do Filhote em 2019.

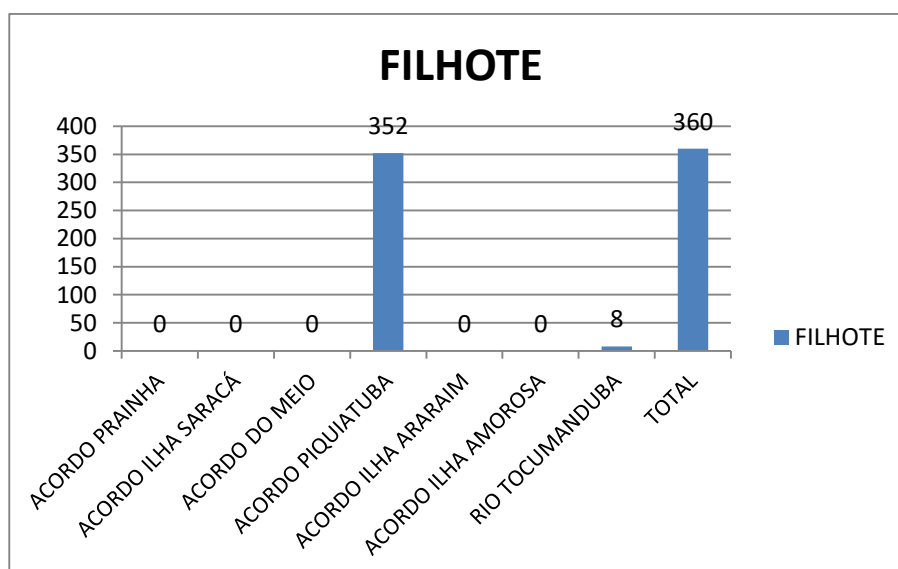


Gráfico 6: Representação por tipo de pescado – FILHOTE (*Brachyplatystoma filamentosum*), (2019). **Fonte:** autor. A partir de dados fornecidos pelos Acordos de Pesca citados no relatório, (2019).

A análise financeira da produção do pescado pelos “Acordos de Pesca” demonstrar a importância desta atividade, pois o impacto na economia de Limoeiro do Ajuru, que alcança R\$829.334,00 (oitocentos e vinte e nove mil, trezentos e trinta e quatro reais), lembrando que são dados informados por apenas 7(sete) Acordos de Pesca de um total de 14(quatorze), ou seja, estamos falando de apenas 50% (cinquenta por cento) da produção dos Acordos de Pesca e que há uma possibilidade deste valor ser bem maior, se levássemos em conta um universo de 100% (cem por cento) deles e se mantivéssemos a média, provavelmente esse valor na economia municipal dobraria. O Gráfico 7, destrincha esses valores por Acordo de Pesca e demonstra a importância dessa organização de pescadores ribeirinhos para a sustentabilidade de suas comunidades e locais de pesca. Se parando apenas os pescados como: sarda, pescada branca, filhote, dourada e tainha, este correspondem a apenas 7,3% do total da produção no período.

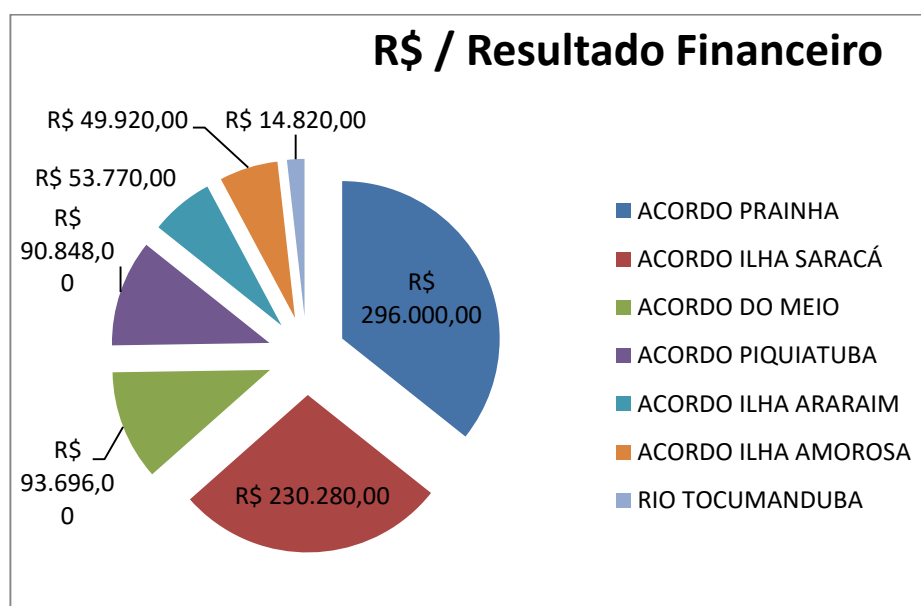


Gráfico 7: Análise financeira por Acordo de Pesca. **Fonte:** autor. A partir de dados fornecidos pelos Acordos de Pesca citados no relatório, (2019).

Um destaque em particular é a produção do mapará (*Hypophthalmus spp.*), espécie que agrega valor ao trabalho da pesca artesanal, que gera trabalho e renda.

Impactando famílias, marreteiros e médio empresários da pesca. Ela é responsável pelo maior movimento financeiro e econômico na pesca artesanal em Limoeiro do Ajuru, O pescado mapará corresponde a 92,7% do total da produção do período, gerando uma receita pelos Acordos de Pesca de R\$ 768.920,00 (setecentos e sessenta e oito mil e novecentos e vinte reais), dados presentes no gráfico 8.

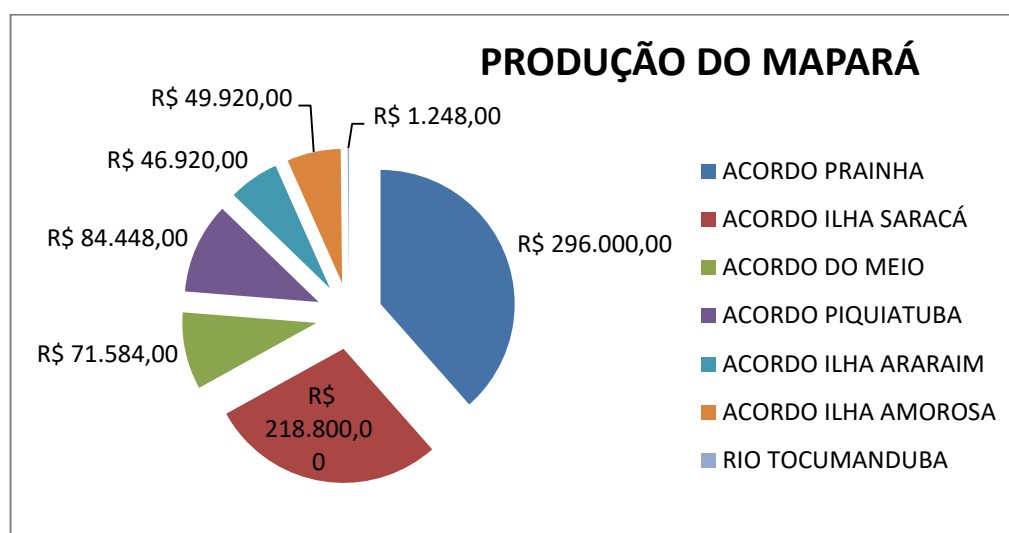


Gráfico 8: Análise financeira - MAPARÁ. **Fonte:** autor. A partir de dados fornecidos pelos Acordos de Pesca citados no relatório, (2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se por um lado vemos, por parte dos movimentos sociais do campo ribeirinho, a prática da pesca artesanal de forma sustentável, citamos como exemplo o trabalho desenvolvido pela “Associação Comunitária de Saracá de Cima” que é uma das entidades associativas ligada a pesca artesanal em Limoeiro do Ajuru, e, que ao longo dos anos, desenvolve um trabalho de preservação nas chamadas “Áreas de Preservação” ou como eles as chamam “Reserva”, comprovadamente se tornou a “protagonista” na implantação deste modelo de organização no respeito ao período de defeso, conduzido pelos próprios associados naquele movimento social do campo ribeirinho.

Por outro, emergem os conflitos nas áreas dos “Acordos de Pesca”, principalmente de pescadores “adeptos” da prática predatória de captura do pescado. Estes, são em grande maioria oriundos de municípios que fazem fronteira com Limoeiro do Ajuru, Infelizmente isso já se faz presente em várias áreas do trabalho da pesca artesanal em Limoeiro do Ajuru, como cita o Relatório “Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em

Territórios Tradicionais Pesqueiros no Brasil” do CPP, Olinda (PE), julho de 2016, no qual relata, que no município de Limoeiro do Ajuru atualmente um total de 1.150 famílias são atingidas por conflitos ambientais, que são as localidades de: Ilha Saracá (266 famílias); Comunidade de Prainha Beiradão (75 famílias); Comunidade da Ilha Paquetá Pautinga (150 famílias); Comunidade Jussara Cupijó (232 famílias) e Comunidade Terê (436 famílias).

Mas, a partir da criação do Conselho Municipal de Pesca e Aquicultura - COMPECA, um dos desafios do município é o de discutir e contribuir para regulamentar, as atividades pesqueiras, o chamado “Ordenamento Pesqueiro”, pois do ponto de vista institucional, viu-se durante 16 anos a inércia de governos municipais, que nunca tiveram a preocupação em favorecer mesmo que do ponto de vista de aprovação de mecanismos legais (COMPECA e FUNDEPA), os pescadores artesanais limoeirenses. Há também a necessidade de um ordenamento pesqueiro onde estão localizados os 14(quatorze) Acordos de Pesca, existentes no município, na chamada “Baía do Marapatá”.

Conclui-se que o presente relatório, traz contribuições relevantes para a pesca artesanal e para a formulação de futuras políticas públicas nessa área produtiva, mas, aflora, a necessidade de o município vir a tornar essa produção uma Receita Econômica Municipal, através de Entrada e Saída desta produção, viabilizando a emissão de Notas Fiscais Eletrônicas – Nfe (Entrada e Saída da produção no município), com isso conseguir alcançar todas as etapas da cadeia de produção do pescado limoeirense, que vai desde a captura da espécie pelo pescador até a volta de todo esse recurso originado, em forma de recursos financeiros, para o próprio município e não apenas servir ao “lucro” dos “atravessadores”, aos invés de beneficiar a todos os municípes, pois é um recurso natural oriundo e preservado pelos pescadores limoeirenses que tanto lutam e defendem esse patrimonio natural durante o periodo de defeso. Esse sim, continua sendo o maior desafio nessa área, para a atual gestão municipal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMODEO, N.B.P. 2007. **As armadilhas da participação: os desafios da extensão rural como ferramenta de desenvolvimento**. Oikos, Viçosa, 18(2): 51-64.

Associação Comunitária de Saracá de Cima, dezembro de 2018

Caderno da I Conferência da Pesca Artesanal, Brasília-DF, Abril, 2009.

Conselho Pastoral dos Pescadores, Org.: Tomáz, Alzení de Freitas & Santos, Gilmar. **Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em Comunidades Tradicionais Pesqueiras no Brasil**. – Brasília/ DF. 2016. 104p.

FAO. **The state of world fisheries and aquaculture (SOFIA)**. Disponível em <www.fao.org/fi HYPERLINK "http://www.fao.org/fi">. Acesso em: 02.03.2019.

PALUDO, Conceição. **Educação Popular em Busca de Alternativas: uma leitura desde o Campo Democrático e Popular**. POA, Tomo Editorial: Camp, 2001.

PINHEIRO, Maria do Socorro Dias. **Os movimentos sociais do campo ribeirinho e suas práticas educativas**. In: AFIRSE, 2009, João Pessoa PB - Brasil. Congresso Internacional da Afirse, 2009.

Prefeitura Municipal de Limoeiro do Ajuru, Pará. **Lei Municipal nº0225/2019 de 03 de Janeiro de 2019**.

SILVA, Adriano Prysthon da. **Pesca artesanal brasileira. Aspectos conceituais, históricos, institucionais e prospectivos**/ Adriano Prysthon da Silva – Palmas : Embrapa Pesca e Aquicultura, 2014.